

A festa como um bem de referência do patrimônio cultural imaterial: O caso da folia do Zé Pereira no Ribeirão da Ilha.¹

Mariela Felisbino da Silveira (UFSC)²

Resumo:

Este artigo é o resultado de uma pesquisa etnográfica realizada nos anos de 2008 e 2009 na Freguesia do Ribeirão da Ilha em Florianópolis (SC) e que foi apresentada como trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Durante minha experiência de campo, observei as atividades que são realizadas na Freguesia para a festa pré-carnavalesca do Zé Pereira, evento que é considerado um bem de referência para essa comunidade.

Palavras-Chave:

Patrimônio Cultural; Bem de Referência; Carnaval; Festa; Zé Pereira.

A questão do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil:

A discussão acerca do patrimônio cultural acentuou-se a partir do processo de globalização recente, iniciado nas últimas décadas do século XX, e que acarretou mudanças radicais no cenário econômico, político, social e cultural. Em um mundo em constante transformação, ganha destaque um movimento de reconhecimento da importância de se promover a memória de manifestações culturais da humanidade. Nesse contexto, o conceito de patrimônio cultural, que antes era utilizado apenas para se referir a bens materiais, é ampliado e é possível observar um movimento em nível mundial para se criar “espaços e instâncias institucionais destinadas ao seu tratamento” (CASTELLS, 2007, p. 1).

¹ Este trabalho foi originalmente publicado na Revista Mosaico Social do curso de Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina. Ano 5, nº 5, 2010.

² Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da referida instituição.

Além de fazer referência a aspectos físicos que constroem a identidade de um povo como monumentos, sítios históricos e paisagens culturais, o conceito de patrimônio cultural passou a designar também aspectos transmitidos por gestos ou pela oralidade e que não deixam marcos geográficos ou materiais. São, dessa forma, recriados e modificados coletivamente ao longo do tempo. Para designar essas manifestações intangíveis, a Unesco passa a adotar no ano de 2003, a categoria de patrimônio cultural imaterial em substituição à noção de “cultura tradicional e popular” que vigorava desde 1989. Apesar da divisão entre bens materiais e imateriais, cabe ressaltar que essa diferenciação é meramente didática, uma vez que uma instância dá suporte à outra. (CASTELLS, 2007, p. 66).

No Brasil, o reconhecimento do patrimônio imaterial deu-se com a promulgação da Constituição Federal de 1988³ que, em seu artigo 216, conceitua o patrimônio cultural brasileiro como “bens de natureza materiais e imateriais, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

O ano de 2000 marcou profundas mudanças nas políticas de preservação do patrimônio imaterial no Brasil. Foi aprovado o decreto nº 3.551² que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial do patrimônio cultural brasileiro. Com esse documento legal, conforme descrito em seu artigo 8º, “fica instituído o ‘Programa Nacional do Patrimônio Imaterial’ no âmbito do Ministério da Cultura, visando à implementação de uma política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio”.

O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial adotou como metodologia oficial o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC – e, para orientar seu uso, o Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais. Nesses documentos são apresentadas as categorias de bens culturais adotadas no Brasil como: *celebrações* (ritos e festividades que oportunizam a sociabilidade, geralmente ligadas à religiosidade e aos ciclos do calendário),

³ Constituição Federal de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 04/11/ 2007.

formas de expressão (meios não linguísticos de comunicação que estão ligadas a uma determinada região ou grupo social e são praticadas individual ou coletivamente e com o reconhecimento de seus pares), *ofícios e modo de fazer* (atividades desenvolvidas por pessoas que são reconhecidas, entre seus pares, como detentores de técnicas que produzem identificação à uma localidade ou a um grupo social) e *edificações* (estruturas de pedra e cal, que ao serem associadas a usos de um grupo específico, produzem significações em relação à história e à memória que se tem de alguns lugares) e *lugares* (espaço físico que produz sentido cultural para a sua população local).

Todas essas categorias descritas no Manual são consideradas como bens de referência culturais, dessa forma, são vistas como determinantes para a construção da identidade cultural. No caso da Freguesia do Ribeirão da Ilha, a festa do Zé Pereira foi apontada⁴ pelos moradores como um possível bem de referência do grupo, no que se refere ao seu patrimônio cultural imaterial devido a sua importância na história da comunidade.

A Festa como Patrimônio - O caso do Zé Pereira no Ribeirão da Ilha:

A folia do Zé Pereira é uma celebração pré-carnavalesca que acontece há pelo menos cem anos na Freguesia do bairro Ribeirão da Ilha ao sul da cidade de Florianópolis.



Foto 1. Fonte: Mariela Silveira / 2009

⁴ No ano de 2007 participei, enquanto assistente de pesquisa, da primeira etapa do Inventário “Freguesias Luso-Brasileiras na Grande Florianópolis”, desenvolvido no âmbito do IPHAN/SC. Esta etapa consistia em um Levantamento Preliminar de dados para dar subsídios à realização do inventário. Na ocasião alguns moradores da localidade puderam apontar o que consideravam ser mais relevante para a constituição e permanência da comunidade ribeironense.



Foto 2. Fonte: Mariela Silveira / 2009.

Imagens fotográficas 1 e 2 – No dia do Zé Pereira a Freguesia do Ribeirão da Ilha transforma-se em um lugar movimentado, com muitos jovens e diversão. Entre prédios históricos acontece a folia.

Entre 1895 e 1930 o carnaval no Ribeirão da Ilha era festejado regularmente e obedecia a uma programação considerada tradicional: Zé Pereira, banho à fantasia ou joga n'água, entrudo⁵, desfile de carros de alegoria e mutação, apresentação de blocos e bailes em clubes. Dessa antiga programação carnavalesca ainda hoje se festeja o Zé Pereira e realiza-se os bailes em clubes como Canto do Rio. (PEREIRA, 1991).

O Zé Pereira é visto por moradores da Freguesia como “*uma festa de tradição*” (morador do Ribeirão, 63 anos, 2007). O festejo é ainda o prenúncio do carnaval, acontece todo o ano e mobiliza grande parte da comunidade. É um evento realizado há mais de cem anos na Freguesia, mas que ao longo do tempo vem se transformando. Segundo relato dos moradores, antigamente a comunidade se organizava em blocos à fantasia para esperar o Zé Pereira passar para seguir a folia:

A banda vinha tocar e nós esperávamos ali na esquina, de lanterna forrada de papel celofane e com vara de bambu, então a gente se interessava, naquele tempo não tinha luz e a lanterna clareava tudo, a banda vinha até aqui, a gente saía de surpresa sem eles saber, tipo de uma esquina dessas assim, numa turma e assim continuou muito tempo eu já tava até casada, mais a gente procurava sempre aquela turma pra fazer [...] A gente fez muitos anos isso, a banda ia tocando e nós ia na frente da banda. (Moradora do Ribeirão, 78 anos, 2010).

⁵ Segundo Lima, dava-se o nome de entrudo aos jogos realizados nos três dias que antecediam à quaresma, acredita-se que ele chegou ao Brasil com os costumes portugueses. Sua origem etimológica vem do latim *introitus* que significa introdução. (LIMA, 1997:30.).

Animadas por integrantes da banda Nossa Senhora da Lapa – que em tempos de carnaval, juntam-se para formar a Banda do Zé Pereira –, as pessoas saíam pela rua cantando e dançando atrás do cortejo carnavalesco. O festejo era também um momento de preparação da Banda do Zé Pereira para o carnaval porque servia como um ensaio, já que o grupo geralmente tocava durante o carnaval em clubes de outras localidades, como Saco dos Limões e Costeira do Pirajubaé.

A festa acontecia todos os finais de semana durante os dois meses anteriores ao carnaval. Nas casas, os moradores colocavam em suas janelas, lampiões ou lanternas confeccionadas com velas e papéis celofanes coloridos, e após a banda passar as pessoas costumavam sair pelas ruas usando as lanternas de celofane para continuar iluminando a folia, já que a banda precisava enxergar as partituras, *“era uma brincadeira gostosa pela rua”*. (Morador do Ribeirão, 81 anos, 2007).



Foto 3



Foto 4

Fonte: Fotos cedidas do arquivo pessoal de uma das entrevistadas / 2002.

Imagens fotográficas 3 e 4: Bloco das “Chapeuzinhos Vermelhos”, organizado por jovens moradoras, pronto para a folia.

Hoje, vê-se que a antiga forma de festejar está viva na memória dos moradores da Freguesia. A festa ainda existe - ela acontece sempre no último domingo antes do início do carnaval - e os moradores da Freguesia costumam participar dela, mas é possível observar que atualmente o festejo tomou grandes proporções envolvendo até mesmo moradores de outras localidades e turistas, o que refletiu diretamente em sua dinâmica. Apesar das mudanças ocorridas, a celebração continua a ser um dos principais eventos realizados na

localidade. Em 2007, o festejo do Zé Pereira foi apontado como um bem de referência na categoria “Formas de Expressão” pelo levantamento preliminar feito no Ribeirão para o Inventário “Freguesias Luso-Brasileiras na Grande Florianópolis”.

Mas o que significa dizer que uma manifestação foi identificada como um bem cultural? Para Gonçalves (2005), as formas culturais não são entidades objetificadas esperando para serem descritas e analisadas. Para explicar tal afirmação o autor utiliza o conceito de cultura autêntica de Sapir, que diz:

A cultura autêntica não é necessariamente alta ou baixa; é apenas inerentemente harmoniosa, equilibrada e auto-satisfatória [...] A cultura quando é autêntica é vivida pelos indivíduos como uma experiência de criação, de transformação, onde o indivíduo é pensado como um núcleo de valores culturais vivos. (SAPIR apud GOLÇALVES, 2005, p.30).

Assim, “cultura autêntica” é justamente o que nos escapa de qualquer tipo de definição, identificação e catalogação que tente enquadrar o “bem” de forma precisa e objetificadora. É o que costuma ocorrer “nos discursos de patrimônio cultural em seu sentido moderno, especialmente quando articulados por agências do Estado” (GONÇALVES, 2005, p.31).

Para o autor, um “bem” para ser classificado como patrimônio precisa encontrar ressonância entre aqueles que compartilhem de seus valores, isto é, que seja reconhecido e seja praticado como tal. No caso da festa do Zé Pereira no Ribeirão da Ilha, por meio dos depoimentos dos moradores da região, pode-se perceber que existe essa ressonância necessária ao “bem cultural”, uma vez que é reconhecido e compartilhado.

Era desde o tempo que eu era pequeno o Zé Pereira sempre existiu [...] Era todo sábado quando entrava o mês de janeiro tinha o Zé Pereira, sábado e domingo, carnaval de rua, o pessoal começou a canta nas calçadas. Depois o grupo foi aumentando, aumentando. [...] Em cada lugar que a gente passava tinha um bloco esperando pra acompanhar, a vizinhança se combinava tudo e ficavam esperando, se vestiam tapado com lençol, e mais não sei o que [...] Todo mundo se vestia, era uma festa né. (Morador do Ribeirão, 82 anos, 2010).

No Zé Pereira podemos encontrar essa ressonância, não só entre os foliões, mas também entre os membros da Banda da Lapa. Ao utilizar a folia como preparativo para o carnaval, o grupo vem contribuindo para a manutenção da festa ao mesmo tempo em que tem conseguido se manter no cenário musical da cidade ao longo dos anos e se tornar uma referência para o carnaval de Florianópolis.

Para Velho (2006), pensar em bens de referência cultural significa estar atento ao processo de “negociação da realidade” entre os atores que compõem o campo em questão. Tomando alguns exemplos – como o tombamento do terreiro de candomblé, Casa Branca em Salvador e o caso da transformação espacial de Copacabana – o autor ressalta aspectos de divergência e conflito em função dos valores e interesses diversos entre os atores sociais envolvidos.

Para Velho, as políticas públicas de patrimônio não podem ser separadas da “heterogeneidade e complexidade” da vida em sociedade. Dessa forma, segundo o autor o desafio é articular a memória social a noção de patrimônio cultural para a elaboração de políticas de valorizações, classificações, registros e tombamentos. Velho observa também que se faz necessário uma ampliação da noção de referência cultural, que não pode ser pensada como uma forma definitiva e imóvel para o grupo social que o criou ou recria.

O termo “referência cultural” vem sendo usado especialmente em trabalhos que privilegiam uma concepção antropológica de cultura e que destacam a “diversidade dos sentidos e valores atribuídos pelos diferentes sujeitos a bens e práticas sociais”. Nesse caso, quando se fala em “referência cultural”, fala-se em representações e práticas que dão molde a identidade de um grupo ou região. (IPHAN, 2000).

Quando se fala em ‘referências culturais’, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens – que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu ‘peso’ material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos

particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados. Levada às últimas conseqüências, essa perspectiva afirma a relatividade de qualquer processo de atribuição de valor – seja valor histórico, artístico, nacional, etc. – a bens, e põe em questão os critérios até então adotados para a constituição de ‘patrimônios culturais’, legitimados por disciplinas como a história, a história da arte, a arqueologia, a etnografia, etc. relativizando o critério do saber, chamava-se a atenção para o papel do poder. (LONDRES, 2000:11-12).

Tomando como ponto de partida as palavras de Londres, podemos inferir que a referência cultural é um significado compartilhado pelo grupo, resultante de um processo que atribuiu valores e marcos que os identificam como tal. Desse modo, uma referência cultural não é apenas um objeto ou algo de valor material.

No caso do Zé Pereira, o que evidencia sua suposta condição de referência cultural é justamente o fato de se tratar de uma forma de expressão que é compartilhada pelos moradores em detrimento de uma ideia de armazenamento ou congelamento no tempo. Ao observamos os relatos dos moradores da localidade percebemos que o dinamismo da festa é um dos fatores que contribuem para a sua permanência:

Era desde o tempo que eu era pequeno o Zé Pereira sempre existiu [...] Era todo sábado quando entrava o mês de janeiro tinha o Zé Pereira, sábado e domingo, carnaval de rua, o pessoal começou a canta nas calçadas. Depois o grupo foi aumentando, aumentando. [...] Em cada lugar que a gente passava tinha um bloco esperando pra acompanhar [...] Sempre foi uma tradição agora até quando isso vai agüentar não sei, que cada vez vai mudando né, [...] e assim cada ano que passa a gente não sabe como é que vai ser. Mais é uma tradição do Ribeirão, sempre foi. (Morador do Ribeirão, 82 anos, 2010).

No trecho acima, nosso interlocutor afirma que a festa “*cada vez vai mudando*”, mas que mesmo assim ela é uma tradição do Ribeirão. Outros me disseram que, “*o povo gosta muito e participa muito e faz questão que tenha todo ano*” (Moradora do Ribeirão, 25 anos, 2010). Com esses depoimentos, é possível observar que folia do Zé Pereira é um momento onde os moradores da Freguesia se articulam e se integram tanto para organizar quanto para participar do festejo.

Segundo Abreu (2005), ao delegar um “selo oficial de reconhecimento para os chamados ‘bens culturais de referência imaterial’ faz-se uma seleção,

em que se elege um acervo digno de ser memorizado em detrimento de outros “bens culturais que devem ser relegados ao esquecimento”. No caso do Ribeirão da Ilha, o que foi escolhido para ser lembrado por agências governamentais e por representantes do segmento empresarial foi o fato da localidade ser um dos primeiros povoamentos portugueses na ilha, quando em 1748 chegaram famílias açorianas para “povoar” a região. No decorrer destes três séculos, o local passou a ser depositário de um patrimônio cultural reconhecido pela sua história, seus costumes e suas construções.

Mas além do que pressupõe essa “história oficial” proposta para o Ribeirão da Ilha em que se patrimonializa o jeito açoriano de ser, a localidade tem uma série de outros bens de referência que estão constantemente sendo criados e recriados pelos moradores. Nesse sentido, é possível pensar no festejo do Zé Pereira enquanto uma forma de expressão que ao mesmo tempo em que se fortalece por manter as “tradições” está sempre sendo transformada.

Abreu ao discutir a noção de patrimônio, levanta algumas questões importantes enfrentadas pelos antropólogos e outros profissionais das Ciências Sociais à frente de agências governamentais, conselhos e pesquisas que tratem da “eleição” de bens de referência. Como patrimonializar as diferenças sem trair o próprio conceito de diferença? Como trabalhar com a diferença sem traduzi-la em hierarquizações e etnocentrismos? Como lidar com nossos próprios valores e gostos, quando nos é dado o “poder” de certificá-los em detrimento de outros? Será que não estaríamos correndo o risco de engessar as manifestações culturais usando como base a imagem cristalizada do registro?

Certamente as questões postas por Abreu não são fáceis de serem respondidas, no entanto, devem servir minimamente como instrumento de reflexão para todos os profissionais, cientistas sociais, antropólogos e afins, que venham a se aventurar no campo do patrimônio.

Referências:

- . Registro do patrimônio Imaterial, Inclusão Social pela porta da Cultura. **Diálogos transversais**. PPGAS-UFSC, 2007.
- ABREU, Regina. Quando o campo é o patrimônio: notas sobre a participação de antropólogos nas questões do patrimônio. In: **Sociedade e Cultura. Revista de pesquisas e debates em Ciências Sociais**. Universidade Federal de Goiás. Vol.8, Nº 2, 2005.
- CASTELLS, Alicia N. G. Políticas de patrimônio: entre a exclusão e o direito à cidadania In: **Revista O Público e o privado, do Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará**. No. 10, Julho / Dezembro 2007.
- Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 04/11/ 2007.
- Decreto presidencial Nº 3.551, de 4 de Agosto de 2000**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/D3551.htm>. Acesso em: 21/01/2010.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, Materialidade e Subjetividade: As Culturas como Patrimônios .In **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, 2005.
- IPHAN. **Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.
- LIMA, Claudia M. de Assis Rocha. **Revista História do Folclore** - Edição Especial. Raízes Brasileiras/Mart Shopping, 1997.
- LONDRES, Maria Cecília. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. **Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.
- PEREIRA, Nereu do Vale. **Ribeirão da Ilha – Vida e Retratos: Um Distrito em Destaque**. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1991.
- VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. **Mana**, Apr. 2006, Vol.12, No.1, p.237-248.